

DOI: 10.33947/1980-6469-v18n1-4782
O ENSINO MÉDIO NO BRASIL

HIGH SCHOOL IN BRAZIL

Henrique Souza Silva¹

Submetido em: 12/10/2021

Aprovado em: 14/03/2023

RESUMO

O presente artigo delineará um retrospecto das experiências pedagógicas acerca do Ensino Médio, apresentando os limites e impasses dessa etapa da educação básica em favorecer aos jovens alunos a construção de um projeto de vida, até mesmo porque o Ensino Médio ainda busca uma identidade e sentido de existência. Nesse sentido, propõe destacar alguns projetos e reflexões das experiências pedagógicas e apresentar os limites e impasses dessa etapa da educação básica que busca uma identidade e sentido de existência. O grande desafio está em oferecer um currículo integrado, consistente, motivador que favoreça aos educandos consolidarem um projeto de vida capaz de promover a formação integral numa transformação significativa da sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino Médio. Projeto de Vida. Experiências Pedagógicas.

ABSTRACT

This article will outline a retrospective of pedagogical experiences about High School, presenting the limits and impasses of this stage of basic education in favoring young students to build a life project, even because High School still seeks an identity and sense of existence. In this sense, it proposes to highlight some projects and reflections on pedagogical experiences and present the limits and impasses of this stage of basic education that seeks an identity and meaning of existence. The great challenge is to offer an integrated, consistent, motivating curriculum that encourages students to consolidate a life project capable of promoting integral education in a significant transformation of society.

KEYWORDS: High School. Life Project. Pedagogical Experiences.

1 INDAGAÇÕES EM BUSCA DE UM SENTIDO

A história da educação brasileira revela que o modelo estrutural do Ensino Médio busca entender seu real significado na Educação Básica. As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM, 2011) assinalam que:

Um dos principais desafios da educação consiste no estabelecimento do significado do Ensino Médio, que, em sua representação social e realidade, ainda não respondeu os objetivos que possam superar a visão dualista de que é mera passagem para a Educação Superior ou para inserção na vida econômica-produtiva.

Diante a este desafio poderíamos perguntar: quais seriam os principais fatores dessa falta de identidade do Ensino Médio? Não querendo esgotar essa ampla e complexa discussão destacaria três pontos. Em primeira análise, a vinculação da política educacional brasileira com o projeto de desenvolvimento nacional soberano e democrático. Um segundo ponto, que o setor privado estabelece historicamente com o estado brasileiro uma relação política que impede o fortalecimento da rede pública de educação em todos os níveis. Trata-se de um setor organizado politicamente e atua em todos os

¹ PUC-SP - Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-1825-0097> Correo eletrônico: phehriquesds@gmail.com

momentos de grandes e pequenas decisões nacionais sobre a educação. Por fim, o desenvolvimento da República no Brasil não resolveu questões básicas das reais necessidades da população brasileira.

Considerando que desde o início da colonização brasileira, o ensino no Brasil priorizava as elites, isso, de certo modo, preconizou uma intencionalidade de políticas de governo que afetariam decisivamente no percurso da história o modelo educacional brasileiro. Diante desse cenário, podemos constatar durante o período colonial, no que se refere a educação secundária, os jesuítas ofertavam o nível secundário com a denominação de curso de Letras e o curso de Filosofia e Ciências (SAVIANI, 2013), porém, apenas para classe dominante em benefício aos colonizadores.

O plano iniciava-se com o aprendizado do português (para indígenas), prosseguia com a doutrina cristã, a escola de ler e escrever e, opcionalmente, canto orfeônico e música instrumental; e culminava, de um lado, com o aprendizado profissional e agrícola e, de outro lado, com a gramática latina para aqueles que se destinavam à realização de estudos superiores na Europa (Universidade de Coimbra) (SAVIANI, 2013, p. 43)

Com a expulsão dos jesuítas da Colônia e a implantação da Reforma Pombalina a educação passou por uma nova estruturação e método pedagógico. Destaca-se, a superação de uma educação meramente pautada pelo doutrinamento e na aquisição de virtudes e uma marca mais direcionada como um instrumento de aquisição de saberes para o exercício do desenvolvimento público do Estado. Seguindo estas características, a Educação financiada pelo Estado poderia construir escolas, bibliotecas, laboratórios e possuir diretores e professores remunerados. Com a expulsão jesuítica e a implantação do Alvará Régio (1759), visivelmente a reforma educacional se pautava em um evidente beneficiamento da modernização e crescimento de Portugal, tendo como intuito responder aos interesses do governo e estabelecendo um acesso educacional elitista.

Como se vê, o objeto desse Alvará privilegiou os estudos das chamadas 'humanidades', portanto, o ensino correspondente ao nível secundário. Os estudos de nível primário, ou seja, as aulas régias de primeiras letras que compõem a parte inicial dos estudos menores, serão incluídas na segunda fase da reforma regulada em lei de 1772 (SAVIANI, 2013, p. 82).

No século XIX, a distribuição das responsabilidades no que se referia a organização da educação no Brasil, sendo que as províncias – o que entendemos hoje como Estados – eram responsáveis do ensino primário e secundário, e o ensino superior ficaria sob responsabilidade da Corte. Nesse sentido, a Educação Secundária, configurada nas estruturas dos Liceus, tinham como intuito preparar os alunos para o ensino superior, enquanto a formação técnica-profissional não era dada grande importância tendo em vista, que esse ciclo era oferecido exclusivamente para a elite.

Nesse período, os principais intelectuais do país tinham o intuito de superar as influências culturais europeias e redescobrir as bases fundamentais da cultura brasileira. A Semana da Arte Moderna em 1922 figura e exemplifica a busca de apresentar e consolidar esse ideal. Quanto ao Ensino Secundário, essa etapa da educação básica passou por diversas reformas sempre tendo, em sua maioria, como finalidade a matrícula para cursos superiores.

Percebemos que ainda no Brasil não havia um organismo regulador para a Educação. Somente na configuração do Brasil republicano, após a Revolução de 1930 que esse contexto foi alterado,

destacando a criação do Ministério da Educação, sob o direcionamento do ministro Francisco Campos. Nesse período podemos destacar alguns pontos acerca da educação brasileira:

- ✓ Após a revolução de 1930 é criado o Ministério da Educação.
- ✓ Em 1931 foi instituído o Decreto nº 19.851 complementado pelo Decreto/Lei nº4.244 de abril de 1942, a partir do qual foi criada a Lei Orgânica do Ensino Secundário, que vigorou até 1971.
- ✓ Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova – 1932.
- ✓ Constituição Federal de 1934.

Nesse período, o ensino primário era organizado em quatro anos, já o ensino secundário possuía duração de sete anos, dividido em ginásio, com quatro anos de duração, e colegial, com três anos. Para o ingresso no ensino secundário, ginásio, era necessário a aprovação em um exame de admissão. Para esse cenário Pinto (2009, p. 55), diz:

Tudo indica que o objetivo por trás deste novo desenho do ensino médio, dando-lhe um caráter de terminalidade dos estudos, foi o de reduzir a demanda para o ensino superior e tentar aplacar o ímpeto das manifestações estudantis que exigiam mais vagas nas universidades públicas.

Com a ditadura militar houve algumas reformas educacionais: a consolidação de vestibulares e fim dos excedentes, reforma da educação média (profissionalizante e por áreas de saber), educação primária mais ampliada, educação média e superior com número pequeno de vagas. Cabe acrescentar, que houve um grande incentivo pela educação média técnica e educação superior privada no intuito de formar mão de obra para as empresas multinacionais.

A Lei n. 5692/71 fixou, nesse período, as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, em âmbito nacional. Ele apresentava dois pontos fundamentais: em atendimento a constituição de 1967, indicava a escolaridade obrigatória dos 7 aos 14 anos, mas vinculava essa obrigatoriedade ao ensino de 1º grau (8 anos), constituído dos antigos primário e ginásio; e a generalização do ensino profissionalizante no nível médio ou 2º grau (SANTOS, 2010, p. 11)

Após a redemocratização e a promulgação da Constituição Federal de 1988 estabeleceu uma nova configuração a respeito da missão da escola e do Ensino Médio no Brasil. Foram feitas novas diretrizes que culminaram na consolidação das Leis de Diretrizes e Bases para Educação no ano de 1996, o que propiciaram a ampliação do Ensino Médio público. O dado negativo nesse itinerário está na falta de recursos e investimentos pelo Estado para a viabilização de uma educação de qualidade no ensino público do Brasil.

Sabemos que foram poucos momentos de nossa história em que a educação foi tratada como política de estado e configura-se como política de governo. Tal evidência é claramente percebida no que se refere a LDB (Leis de Diretrizes e Bases), a primeira demorou 15 anos tramitando e somente foi assinada em 1961. A atual tramitou cerca de 8 anos e vemos também, tais prerrogativas nos grandes embates na elaboração da LDB e do PNE (Plano Nacional de Educação) com seus impasses e contradições.

A Lei Federal nº 9.394 inova em vários aspectos. De início, há que se destacar o fato de que estabelece uma efetiva coordenação do Ministério da Educação, criando, desse modo, condições para o desenvolvimento de uma política para o setor da educação em âmbito nacional. Nesse sentido, o artigo 9º atribui à União a responsabilidade pela

elaboração de um Plano Nacional de Educação, aliás, já aprovado pelo Congresso Nacional e em vigor desde o ano de 2001 (PALMA FILHO, 2005, p. 28)

A democratização do país veio junto com a implementação do projeto neoliberal, caracterizado pelo desenvolvimento contraditório de implementação de uma política de democratização e valorização dos direitos e da inclusão do projeto neoliberal no Brasil. O projeto neoliberal na educação tem como prerrogativas implantar as universidades por área de saber provocando a dissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e adotando exigências diferenciadas para as instituições públicas e privadas. Uma clara preferência pela expansão privatista, onde aplicado em promover 30% de jovens entre 18 e 24 anos estudando na rede privada, sendo que, as metas de universalização restrita apenas para a educação fundamental. A década de 1990 com a expansão privatista e antidemocrática, tendo que responder as exigências do mercado financeiro colabora para a desfiguração do sistema. Essa concepção mercantil e a atual crise do sistema leva ao rebaixamento de toda formação do aluno. Basta observarmos os cursos de curta duração nem profissionalizantes e nem formação geral.

Como observei, a educação como campo de estudo não tem forte tradição de realizar esse situar. Na verdade, se tivéssemos que apontar uma das áreas mais negligenciadas pela intelectualidade educacional, esta seria exatamente o estudo crítico da relação entre as ideologias e o pensamento e as práticas educacionais, o estudo da variação das hipóteses do senso comum que orientam nossa área já tecnicamente dominada. Essa atitude crítica desnudaria os interesses e compromissos políticos, sociais, éticos e econômicos aceitos sem maior questionamento, ou seja, aceitos como se disséssemos 'é assim que a vida é', em nosso cotidiano como educadores (APPLE, 2006, p. 47)

Percebemos uma ampla desvalorização do ensino superior e o sucateamento das instituições públicas de educação superior, universalizando o ensino fundamental sem qualidade, sendo consequência do descompromisso público com a educação superior, profissional e com a educação infantil e o visível enfraquecimento do Ministério da Educação (MEC). Podemos destacar cinco grandes desvalorizações:

- ✓ Dos professores – discurso vazio da formação de qualidade;
- ✓ Da cultura – no sentido maior da palavra;
- ✓ Da história e das conquistas de raízes nacionais;
- ✓ Do saber que não tenha utilidade imediata – neopragmatismo, valorizando a certificação;
- ✓ Da educação e valorização das aprendizagens.

A luta contra o projeto neoliberal vem com a proposta de um projeto público de educação. Tal premissa procura a universalização e resgate da vinculação de educação como projeto de desenvolvimento nacional democrático. Traz, também, a ideia de um sistema nacional da educação superior e regulamentação da educação privada. O ambiente favorável para o avanço da corrente neoliberal surgiu justamente a partir das potências capitalistas em dar uma resposta contrária a perspectiva socialista no cenário mundial. "O Neoliberalismo defende um Estado fraco. Uma sociedade que deixa uma mão invisível do livre mercado guiar todos os aspectos de suas interações sociais é vista não só como eficiente, mas também como democrática" (MOREIRA; TOMAZ, 2011, p. 82).

Tal ambiente, neoliberal, tem favorecido o fortalecimento de grandes empresas, bem como o amplo ataque aos trabalhos organizados, além de gastos demasiados com o setor bélico, de tal forma que "as empresas têm se tornado tão poderosas que muitas estão criando programas educacionais pós-

secundários e vocacionais próprios” (BURBULES; TORRES, 2004, p. 15). Por consequência, tal fenômeno justifica o uso de currículos escolares “prontos”, ou seja, elaborados de acordo com os interesses das grandes corporações, que são submetidos às escolas a fim de modelar os alunos ao perfil de mercado que melhor lhes convém.

O debate político e econômico, e mesmo o debate educacional, entre pessoas reais em suas vidas diárias é substituído por considerações de eficiência de habilidade técnica. A “responsabilidade final” (accountability) atribuída por meio da análise comportamental, o modelo sistêmico de gestão e outras coisas tornam-se representações hegemônicas e ideológicas. Ao mesmo tempo, as considerações sobre a justiça da vida social são progressivamente despolitizadas e transformadas em problemas supostamente neutros que podem ser resolvidos pela acumulação de fatos empíricos neutros, os quais quando reinseridos em instituições neutras como as escolas, poderão ser orientados pela instrumentalização neutra dos educadores (APPLE, 2006, p. 41-42)

As políticas públicas para educação após Fernando Henrique Cardoso obtiveram alguns avanços, porém temos ainda grandes impasses. Ainda precisamos de muitas lutas para que a Educação seja para todos, onde o sistema educacional torna-se de fato, o responsável pela transformação social. Nesse sentido podemos destacar: a criação do Programa Universidade para Todos – PROUNI, lançado em 2014, que favorece a concessão de bolsas de estudos de alunos de graduação em universidades privadas; o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), lançado em 2007, que tem como objetivo ampliar vagas nas Universidades e reduzir a evasão nos cursos presenciais de graduação; a instituição do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização do Magistério (FUNDEB) lançado em janeiro de 2007, onde substituiu o FUNDEF direcionando recursos para toda Educação Básica e, em última análise o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), lançado em 2007, sendo uma fonte de recurso geral que visa amparar todos os demais programas de ação do governo na área da Educação.

2 O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E A UNIVERSALIZAÇÃO DO ENSINO MÉDIO PARA OS JOVENS

Essa abordagem histórica procurou traçar um breve itinerário da educação brasileira, mas especificamente do ensino médio assinalando alguns contrastes e contradições. O Ensino Médio sendo o campo de análise dessa pesquisa, não poderia deixar de destacar as conquistas e decepções do Plano Nacional de Educação (PNE). A meta 3 do PNE (universalizar até 2016, o atendimento escolar para toda população de quinze anos a dezessete anos e elevar, até o período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85%) e a reforma do Novo Ensino Médio adquirem um caráter de responder ao acentuado número de evasão dos alunos nessa etapa da educação básica. Além disso, redescobrir o objetivo e identidade do Ensino Médio do Brasil, conforme acompanhamos nessa abordagem histórica da pesquisa.

O próprio observatório da meta 3 do PNE analisa que:

No Brasil, cerca de 2,5 milhões de crianças e jovens de 4 a 17 anos estão fora da escola. Desses, aproximadamente 1,5 milhão são jovens de 15 a 17 anos que deveriam estar cursando o Ensino Médio. O desafio da universalização até 2016, imposto pela Emenda Constitucional nº 59, é monumental. A recente melhora das taxas de fluxo escolar no Ensino Fundamental faz aumentar o número de matrículas do Ensino Médio, mas o País ainda está longe de alcançar patamares ideais. Altas taxas de evasão

persistem no Ensino Médio. O modelo curricular ultrapassado, baseado em um número excessivo de disciplinas torna a etapa desinteressante para o jovem do século 21.

Em excelência o PNE refere-se como política de Estado, mas com a aprovação da emenda constitucional, a PEC 241, limita e inviabiliza (no que se refere aos investimentos financeiros), a plena realização dos objetivos principais presentes nas estratégias de aplicação do PNE e a superação desse modelo de Ensino Médio que não corresponde aos interesses e preocupações do jovem de hoje.

Entre as possibilidades de reestruturação do Novo Ensino Médio temos as discussões da aprovação da nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que procura direcionar e indicar caminhos para algumas questões complexas e apresentadas como desafios nessa etapa da educação básica. Destaca-se a aplicabilidade na vida, na sociedade e utilidade com base comum e norteadora ajudando na reflexão e aplicação de um currículo construído através de uma gestão democrática. Tal construção deverá ser permeada com princípios de uma educação emancipadora que já, estavam previstos na Constituição Federal, nas Leis de Diretrizes e Bases para Educação no Brasil (LDB) e no Plano Nacional de Educação (PNE).

3 PREOCUPAÇÕES ASSINALADAS NA META 3 DO PNE E O NOVO ENSINO MÉDIO

A Reforma do Ensino Médio vem acender a polêmica da falta de identidade dessa etapa de ensino. Sua configuração de um modelo propedêutico e outro técnico, formar profissionais ou preparar para vestibulares implica na falta de finalidade objetiva causando uma acentuada evasão escolar neste período. A Base Nacional Comum Curricular e todo o processo de desenvolvimento deste norteador comum tem uma exigente missão: redescobrir a finalidade do Ensino Médio.

Frente a esse quadro, é necessário dar visibilidade ao Ensino Médio no sentido da superação daquela dupla representação histórica persistente na educação brasileira. Nessa perspectiva, a última etapa da Educação Básica precisa assumir, dentre seus objetivos, o compromisso de atender, verdadeiramente, a todos e com qualidade, a diversidade nacional com sua heterogeneidade cultural, de considerar os anseios das diversas juventudes formadas por adolescentes e jovens que acorrem à escola e que são sujeitos concretos com suas múltiplas necessidades (DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA O ENSINO MÉDIO, 2011, p. 170)

A Medida Provisória Nº 746 de 2016 que regulamenta a reforma do Ensino Médio, o Projeto de Lei de Conversão nº 34/16 e a Lei nº 13.415, aprovada em 16 fevereiro de 2017 remete a preocupação na meta 3 do PNE em elevar o percentual dos que frequentam a escola, de forma de incluir 100% dessa população até o ano de 2016 e aumentar para 85%, até 2024, o total de jovens cursando o Ensino Médio, que é o nível adequado para a referida faixa etária; e, além disso, apresentar uma finalidade objetiva do Ensino Médio no Brasil.

O denominado Novo Ensino Médio tem dividido opiniões quanto a sua verdadeira intencionalidade. Alguns apostam que essa reforma é necessária para solucionar os problemas citados no percurso histórico dessa pesquisa. Outros, divergem apregoando ser um paliativo de governo ultrapassado revestido de ideologias resultantes do mercado financeiro.

É nesse contexto que os projetos de Lei e Medida Provisória são elaborados e apresentados. O Projeto de Lei (PL) nº 6.840 em 2013, e o seu Substitutivo, visa instituir a jornada em tempo integral no Ensino Médio, a organização dos currículos do Ensino médio por áreas do conhecimento (CAMPOS, 2017, p. 8713-8714).

É notório que o problema do Ensino Médio não se limita ao número de disciplinas oferecidas no currículo aos jovens nas escolas, porém a falta de recursos e infraestrutura dos estabelecimentos de Ensino e a desvalorização dos educadores são indicadores negativos que devem e merecem atenção na aplicação de políticas públicas educacionais. Embora, essas prerrogativas têm significativa relevância, a pesquisa em curso propõe refletir a partir da legislação vigente caminhos e propostas curriculares que viabilizem a formação de maneira integral o jovem aluno do Ensino Médio.

A definição da identidade do Ensino Médio como etapa conclusiva da Educação Básica precisa ser iniciada mediante um projeto que, conquanto seja unitário em seus princípios e objetivos, desenvolva possibilidades formativas com itinerários diversificados que contemplem as múltiplas necessidades socioculturais e econômicas dos estudantes, reconhecendo-os como sujeitos de direitos no momento em cursam esse ensino (DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA O ENSINO MÉDIO, 2011, p. 170).

Diante disso, o componente curricular do Projeto de Vida, presente na Base Diversificada, apresenta contribuições para elaboração de itinerários formativos, identificando as motivações dos alunos nas narrativas e movimentos das histórias de vida tocante às escolhas vocacionais/ profissionais propiciando o desenvolvimento da autonomia. Tem como pressuposto favorecer os alunos a construir seu Projeto de Vida numa proposta curricular relacionada com os diversos saberes, ao mesmo tempo em que procura estar atento as novas realidades e situações da sociedade. A Medida Provisória Nº 746 de 2016 que regulamenta a reforma do Ensino Médio no Artigo 35-A no parágrafo § 7 apresenta essas considerações: “Art. 35-A. § 7. Os currículos do ensino médio deverão considerar a formação integral do aluno, de maneira a adotar um trabalho voltado para a construção de seu projeto de vida e para sua formação nos aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais”.

Conforme assinala a Base Nacional Comum Curricular, o “Ensino Médio poderá ser organizado em módulos e adotar o sistema de créditos ou disciplinas com terminalidade específica, o que pode estimular os jovens alunos a dar continuidade nos estudos” (BRASIL, 2016a). Isso favorece, conforme os arranjos curriculares presentes no projeto político pedagógico da Escola, a dar um respaldo integrador diferenciado ao jovem aluno do Ensino Médio. Assinala uma abertura de compreensão das áreas de conhecimentos a partir do componente curricular projeto de vida. Este, será um eixo integrador nas diversas situações de aprendizagens na Escola.

Outro aspecto importante é o acompanhamento do Projeto de Vida por meio da observação dos alunos, de sua participação e seu compromisso e dos avanços em suas competências e habilidades individuais. Nessa avaliação processual, é fundamental considerar os resultados como ponto de partida para novas ações pedagógicas e intervenções, e não somente como ponto de chegada (CADERNO DE PROJETO DE VIDA, 2014, p. 7).

A própria LDB no art. 39 pede a experiência cotidiana e o trabalho no currículo do ensino médio como um todo e não apenas na sua base comum, como elementos que devem explicitar a relação entre teoria e prática. Para corresponder a esta exigência, a organização curricular do Ensino Médio na sua Base Diversificada a partir da disciplina de Projeto de Vida indica alguns pressupostos:

- ✓ Adotar um olhar orgânico do conhecimento, no modo de apresentar, analisar, explicar e aplicar a realidade, tão bem explicitadas no discurso, das falas e das construções conceituais;

- ✓ Observar as interações que existem entre os conteúdos do ensino e os mecanismos de aprendizagem e a variedade dos contextos de vida social e pessoal, de modo que, estabeleça uma relação ativa entre o aluno e o objeto do conhecimento e a desenvolver a capacidade de relacionar o aprendido com o observado, sempre tendo em vista o projeto de vida;
- ✓ Após a leitura de todas as etapas construídas no projeto de vida, estimular cada procedimento e atividade assumidos que permitam ao aluno reconstruir ou “reinventar” o conhecimento didaticamente transferido para a sala de aula, entre eles a experimentação, a execução de projetos e sua viabilidade;
- ✓ Proporcionar os sentimentos adquiridos às situações de aprendizagem para facilitar a relação do aluno com o conhecimento, envolvendo o conceito de interdisciplinaridade.

Sobre essa perspectiva as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para Educação Básica dizem:

Art. 13. Currículo configura-se como o conjunto de valores e práticas que proporcionam a produção, a socialização de significados no espaço social e contribuem intensamente para a construção de identidades socioculturais dos educandos.

§ 1º ...deve difundir os valores fundamentais do interesse social, dos direitos e deveres dos cidadãos, do respeito ao bem comum e à ordem democrática, considerando as condições de escolaridade dos estudantes em cada estabelecimento, a orientação para o trabalho, a promoção de práticas educativas formais e não-formais (RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 4, Art. 13 de 13 de julho de 2010).

A importância de uma nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que até o momento de elaboração dessa pesquisa aguarda a aprovação para o Ensino Médio, estará decisivamente na articulação dentro da escola e na aplicação do currículo. A BNCC é um ponto de partida para cada escola, onde a equipe gestora irá pensar, desenvolver e avaliar qual a maneira mais eficaz nas áreas de conhecimentos e nos seus desdobramentos para um ensino que forme um cidadão crítico. Trata-se de um conjunto de saberes aprendidos na escola assinalando um modelo de sociedade mais democrática. A alteração principal para o currículo que propõe o Projeto de lei nº 13.415/ 2016, implica no Art. 36 da LDB nº 9.394/1996, assinala que:

Art. 36. O currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos específicos, a serem definidos pelos sistemas de ensino, com ênfase nas seguintes áreas de conhecimento ou de atuação profissional: I – linguagens; II – matemática; III – ciências da natureza; IV – ciências humanas; V – formação técnica e profissional.

§ 1º Os sistemas de ensino poderão compor os seus currículos com base em mais de uma área previstas nos incisos I a V do *caput*.

§ 3º A organização das áreas de que trata o *caput* e das respectivas competências, habilidades e expectativas de aprendizagem, definidas na Base Nacional Comum Curricular, será feita de acordo com critérios estabelecidos em cada sistema de ensino. (BRASIL, 2016a)

Um dos desafios do Plano Nacional de Educação está em minimizar polêmicas quando se fala de um currículo comum. No entanto, a construção da nova BNCC articulada com o Projeto de Lei nº 13.415/ 2016, agrega as várias experiências e diversidade das realidades do Brasil. À configuração da BNCC trata-se de um documento considerando as pluralidades cultural, social e econômica do Brasil.

Esta articulação com as políticas educacionais traz grande riqueza na construção de metas para uma formação emancipadora dos alunos e de seus projetos de vida. A BNCC não anula as bases curriculares regionais, mas agrega conhecimentos que intencionam a abordagem do que é conhecimento útil para aplicar na sociedade.

4 O PROGRAMA DE ENSINO INTEGRAL DO ENSINO MÉDIO NO ESTADO DE SÃO PAULO

A secretaria Estadual de Educação do Estado de São Paulo procurando desenvolver uma prática pedagógica capaz de proporcionar uma formação integral dos alunos, como pessoas de valores conscientes de seus deveres e direitos, no pleno exercício da autonomia e capazes de construir um Projeto de Vida durante todo período escolar até o término da Educação Básica, apresenta o Programa de Ensino Integral.

Na direção do aperfeiçoamento da política pública implantada em São Paulo, a Secretaria da Educação estruturou desde 2011 suas prioridades no Programa Educação Compromisso de São Paulo, instituído pelo Decreto nº 57.571, de 2 de dezembro de 2011. Um dos pilares desse programa foi lançar bases de um novo modelo de escola e de um regime mais atrativo na carreira do magistério (DIRETRIZES DO PROGRAMA ENSINO INTEGRAL, 2014, p. 6).

A fundamentação legal do Programa de Ensino Integral é alicerçada na Constituição Federal de 1988 que salienta que a Educação é um direito fundamental; na LDB e no PNE (2014) como constatamos na meta 6: “oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de formar e atender, pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica” – como havíamos discutido no item anterior desse capítulo – que recomenda a ampliação progressiva do tempo escolar dos alunos na escola no intuito de garantir mais oportunidades de aprendizagem.

O modelo de gestão da incorporação do programa, consiste em oferecer espaços formativos que favoreçam a permanência dos alunos, professores e funcionários e seu devido acompanhamento e monitoramento desse percurso de formação integral. Como apresenta Fodra (2015, p. 91), para implantação desse modelo de Ensino Integral, “são usados instrumentos previstos na Lei Complementar 1.164 de 4 de janeiro de 2012, alterada pela Lei Complementar nº 1.191 de 28 de dezembro de 2012, adotando dedicação plena e integral dos educadores das escolas e suas atribuições”.

Destaca nesse plano de gestão de Ensino Integral, a exclusividade de opção do professor em exercer o magistério somente nessa unidade escolar, a plena realização de uma gestão democrática na construção do projeto político pedagógico e um modelo de avaliação institucional que leve em consideração a reciprocidade avaliativa tanto de educadores como pelos alunos.

Ampliar o tempo de permanência na escola equivale a criar as condições de tempo e de espaços para materializar o conceito de formação integral, desenvolvendo as potencialidades humanas em seus diferentes aspectos: cognitivos, afetivos e socioculturais. Essa ampliação possibilita a efetivação de novas atitudes, tanto no que se refere à cognição como a convivência social, privilegiando os quatro pilares da Educação adotados pela UNESCO: o aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser (DIRETRIZES DO PROGRAMA ENSINO INTEGRAL, 2014, p. 8).

A composição pedagógica das escolas que aderem as Diretrizes do Programa de Ensino Integral, está estruturada pela BNCC e alicerçada pela incorporação de disciplinas da base diversificada do currículo, fundamentado nos Quatro Pilares da Educação (DELORS, 1999), a Educação Interdimensional, a Pedagogia da Presença e o Protagonismo Juvenil que entrelaçam todo processo pedagógico e vivencial da Escola. Para entender melhor a profundidade da composição pedagógica do Programa de Ensino Integral, convém explicitar esses conceitos:

- ✓ Base Diversificada do Currículo; conforme prescreve a LDB existem os conteúdos obrigatórios divididos pelas áreas do conhecimento: Linguagens (Língua Portuguesa, Língua Materna para populações indígenas, Língua Estrangeira moderna, Arte, em suas diferentes linguagens, tais como cênicas, plásticas e, obrigatoriamente, a musical, Educação Física); Matemática; Ciências da Natureza (Biologia, Física e Química), Ciências Humanas (História, Geografia, Filosofia e Sociologia).

Além desses componentes obrigatórios, temos os componentes denominados transversais que devem permear todo currículo de maneira integradamente, como apresenta as DNCEM (2011, p. 185):

O currículo do Ensino Médio tem uma base nacional comum, complementada em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar por uma parte diversificada. Esta enriquece aquela, planejada segundo estudo das características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da comunidade escolar, perpassando todos os tempos e espaços curriculares constituintes do Ensino Médio, independentemente do ciclo da vida no qual os sujeitos tenham acesso à escola.

- ✓ Educação Interdimensional e Pedagogia da Presença: O jovem aluno do Ensino Médio quando questiona a relação consigo mesmo, com os outros colegas da escola, com a sua família, com a sociedade, com a mídia e as grandes redes, com a natureza e com a dimensão transcendente da vida constata que o mundo está passando por amplas e complexas transformações.

Merece destaque e atenção as metodologias que auxiliam o desenvolvimento do programa de Ensino Integral na Escola, tais como a tutoria, a prática de liderança de turma e a intencionalidade do projeto de vida ser o eixo central e dinamizador que convergem as áreas dos saberes para construção do projeto de vida.

O Programa de Ensino Integral conforme as Diretrizes oficiais adotam o seguinte percurso:

- ✓ **Acolhida**

Ao adotar o programa de Ensino Integral, a Acolhida dos alunos é a primeira ação desenvolvida logo no início do ano letivo. Os alunos veteranos, denominados “Jovens Protagonistas” – onde se entende que o jovem é sujeito e objeto das ações no desenvolvimento de suas potencialidades –, tem a incumbência de apresentar as propostas da Escola. Esse momento de integração é dinamizado através de oficinas pautadas pelos quatro pilares da Educação.

As dinâmicas do Acolhimento incentivam os alunos a refletirem sobre quem eles são e o que pretendem ser no futuro, e a planejarem seu caminho a partir das expectativas e do desenvolvimento dos seus Projetos de Vida. Eles são estimulados a sonhar com o seu futuro, a pensar em formas estruturadas para atingir esse sonho (FODRA, 2015, p. 81).

O objetivo principal é despertar as expectativas e sonhos que cada aluno deseja trilhar e isso é esquematizado em um registro denominado “Escalada”. O resultado final dessas produções é afixado no Varal dos Sonhos que permitirão os alunos terem mais esclarecidos as opções de escolherem as disciplinas eletivas.

✓ **As Disciplinas Eletivas**

A partir da Base Nacional Comum Curricular os educadores elaboraram disciplinas eletivas conforme os interesses levantados no Varal dos Sonhos dos alunos das Escolas de Ensino Médio de Tempo Integral. São disciplinas de caráter interdisciplinar e semestrais relacionado às áreas de conhecimento.

Os alunos escolhem a Eletiva que querem participar, independente da série que estão cursando, já que estas disciplinas têm como eixo metodológico a interdisciplinaridade e abarcam os conhecimentos das diferentes áreas de estudos, além de atenderem as ‘características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia dos educandos’, conforme previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, artigo 26, redação alterada pela Lei nº 12.796, de 2013 (FODRA, 2015, p. 82).

A construção e oferta dessas disciplinas estarão contextualizadas pelo ambiente social e cultural dos alunos, suas necessidades acadêmicas conjugadas aos interesses pessoais. No final de cada semestre são organizados eventos, denominados Culminâncias Eletivas, onde os alunos apresentam trabalhos realizados no decorrer do semestre.

✓ **A Orientação de Estudos**

O desenvolvimento da autonomia dos estudantes é um dos pressupostos do Programa de Ensino Integral, a partir disso, a Orientação de Estudos oferece técnicas, métodos de estudos que propiciam de maneira interdisciplinar o desenvolvimento de competências e habilidades, sempre tendo em vista as dificuldades e interesses visando à formação integral do jovem aluno.

A orientação de Estudos tem articulação com todas as áreas de conhecimento, mas não deve ser confundida com reforço escolar e/ou com um momento destinado à realização de tarefas de determinadas disciplinas. Tal articulação está associada tanto ao caráter transdisciplinar das técnicas e dos procedimentos propostos pela disciplina (grifos, resumo, esquema, resenha, mapa conceitual etc.) quanto à necessidade de diálogo entre os professores de Orientação de Estudos e das disciplinas da Base Nacional Comum para planejamento conjunto das atividades que serão programadas a partir das demandas de aprendizagem dos estudantes (TUTORIA E ORIENTAÇÃO DE ESTUDOS, 2014, p. 17).

✓ **Os Clubes Juvenis**

Adotam as características dos grêmios estudantis que promovem uma formação de gestão e organização de atividades e projetos que desenvolvam o protagonismo dos alunos como corresponsáveis de todo processo educativo. Despertará no jovem aluno iniciativas de colaboração e participação nas práticas de ensino visando a autonomia e a capacidade de administrar e organizar

projetos com finalidade de uma formação integral, a fim de proporcionar que aprenda e propague valores.

Os Clubes juvenis são mais do que espaços de criação ou de lazer, pois objetivam que os jovens, norteados por planos de ação e práticas próprias da gestão, exercitem o convívio e as práticas de organização. É importante observar que os Clubes Juvenis podem existir concomitante ao Grêmio Escolar que segundo a Lei nº 7.398 de 4 de novembro de 1985 assegura a sua existência e os define como entidades autônomas representativas dos interesses dos estudantes secundaristas com finalidades educacionais, culturais, cívicas, esportivas e sociais (DIRETRIZES DO PROGRAMA ENSINO INTEGRAL, 2014, p. 17).

✓ O Projeto de Vida

O objetivo principal das escolas que adotam o Programa de Ensino Integral é favorecer os alunos a construírem o seu Projeto de Vida, organizado, estruturado e constituído nas aulas desse componente curricular. Busca atender o desenvolvimento do autoconhecimento que envolvem todos os atores da comunidade escolar, saberes e valores, família e sociedade para a construção planejada dos anseios da vida do jovem.

Um dos aspectos preocupantes da situação atual da educação está no nível de expectativa que os jovens têm em relação a si mesmos. Muitos deles percebem que para ter chances de realizar seus sonhos precisam possuir aptidões que dependem de uma formação adequada desde o início da vida escolar (DIRETRIZES DO PROGRAMA ENSINO INTEGRAL, 2014, p. 18).

A disciplina de Projeto de Vida tem como objetivo ajudar o jovem aluno na estruturação e organização de vida e das atividades pessoais. Tais pressupostos, auxilia o aluno a evitar uma contínua improvisação de seus projetos, favorece valiosas oportunidades de reflexão sobre este projeto, bem como a aplicação do mesmo na articulação com as áreas de conhecimento. Com isso, estimula-se a criatividade, a liberdade responsável e a tomada de decisões pessoais.

Uma das principais funções sociais da escola é acolher os jovens que nela estão ingressando, dando a eles condições de não apenas preservar as realizações do passado e do presente, mas, principalmente, partindo do existente, aprimorá-los. Há uma relação necessária entre os sonhos e as realidades humanas com a responsabilidade de se evitar, com as ações educativas, que os jovens de toda uma geração percam a capacidade de sonhar (DIRETRIZES DO PROGRAMA ENSINO INTEGRAL, 2014, p. 18).

O projeto de vida desperta, então, as habilidades e competências recebidas levando a sério a vida como compromisso que requer responsabilidade. Conseqüentemente, o projeto de vida é um guia propício para o desenvolvimento do aluno no discernimento e tomada de decisões. O jovem aluno, entende, que os projetos fazem parte da vida, eles nos alimentam, nos impulsionam para a frente, nos mantêm vivos (MACHADO, 2000).

O planejamento de vida por meio do projeto de vida ajuda a educar e robustecer à vontade eliminando inconstâncias e caprichos. Ora, esse fortalecimento da vontade é talvez o maior e principal apoio da escola para uma educação de valores. Do mesmo modo, o projeto de vida ajuda a empregar bem o tempo, este tempo quando tem ocupação concretamente definida, isto é, não desperdiçado, não

permite que a vontade vagueie na indecisão e favorece ocupar-se com algo concreto e determinado na assimilação dos conhecimentos e suas vivências.

As orientações sobre o Projeto de Vida têm por objetivo auxiliar os alunos em sua construção. Para tanto, o principal desafio é a escolha adequada pelos alunos dos seus objetivos. Afinal, pouco adianta que um projeto seja bem executado e obtenha êxito se o objetivo escolhido e alcançado não for realmente desejável (DIRETRIZES DO PROGRAMA ENSINO INTEGRAL, 2014, p. 20).

O projeto de vida, portanto, tem capacidade de animar, aperfeiçoar e transformar em valores os anseios dos alunos, permitindo vislumbrar o objetivo geral do processo formativo na escola. Assim, vemos que a disciplina Projeto de Vida é um componente curricular bem prático que interage as áreas de conhecimentos com as vivências do aluno de acordo com as implicações de seu projeto de vida. Como é dinâmico o projeto de vida permite encaixar ou ajustar situações sem alterar a ordem das diversas áreas do conhecimento.

REFERÊNCIAS

APPLE, Michael W. **Ideologia e Currículo**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BRASIL. **Conselho Nacional de Educação / CEB Nº 4, Art. 13 de 13 de julho de 2010**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Brasília: MEC, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_10.pdf. Acesso em: 15 mar. 2018.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Brasília: DCNEM, 2011. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/res0398.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2018.

BRASIL. **Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/idb.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2017.

BURBULES, Nicholas C.; TORRES, Carlos Alberto. **Globalização e Educação: Perspectivas Críticas**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

CAMPOS NETO, Edgar de; LIMA, Edméia Maria de; ROCHA, Ana Carolina. Breve reflexão acerca da Reforma do Ensino Médio e seus Impactos na Formação do Estudante. In: **EDUCERE – XIII Congresso Nacional de Educação**, 2017. Disponível em: <file:///C:/Users/Daniella/Downloads/23840-12892.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2018.

DELORS, Jacques. **Educação: um Tesouro a Descobrir**. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre a Educação do século XXI. São Paulo: Cortez, 1999.

FODRA, Sandra Maria. **O Projeto de Vida no Ensino Médio: o olhar dos professores de história**. 2015. Dissertação (Mestrado) - PUC-SP, São Paulo, 2015.

FODRA, Sandra Maria. **O Projeto de Vida: Escola do Programa Ensino Integral**. **Revista @ambienteeducação**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 251–261, 2017. Disponível em: www.fecilcam.br/revista/index.php.anaisame/article/viewFile/1348/835. Acesso em: 23 abr. 2016.

MACHADO, Nilson José. **Educação: Projetos e valores**. 9. ed. São Paulo: Escrituras, 2000.

PALMA FILHO, João Cardoso (Org.). **Pedagogia Cidadã**. 3. ed. São Paulo: Santa Clara Editora, 2005. (Cadernos de Formação. História da Educação).

PINTO, José M. R. O financiamento da educação no governo Lula. **Revista brasileira de Política e Administração da Educação – ANPAE**, 2009.

SANTOS, Rulian Rocha dos. Breve Histórico do Ensino Médio no Brasil. *In: Seminário Cultura e Política na Primeira República: Campanha Civilista na Bahia*. UESC, 2010, p. 1-14. Disponível em: <http://www.uesc.br/eventos/culturaepolitica/anais/rulianrocha.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2016.

SÃO PAULO. Estado. **Diretrizes do Programa Ensino Integral**. São Paulo: Secretaria da Educação, 2014.

SÃO PAULO. Estado. **Projeto de Vida – Tutoria e Orientação de Estudos**. São Paulo: Secretaria da Educação, 2014.

SAVIANI, Dermeval. **Histórias das ideias pedagógicas do Brasil**. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2013.

TOMAZ, Tadeu; MOREIRA, Antonio Flavio. (Orgs). **Currículo, cultura e sociedade**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2011.